



Academia Judicial promoverá 36 cursos e eventos em 2010



A Academia Judicial (AJ) do Poder Judiciário trabalha com a perspectiva de promover, até o final do ano, 36 cursos e eventos ligados ao desenvolvimento profissional de magistrados e servidores. Sua missão constitucional, segundo o desembargador Jaime Ramos, diretor-geral da instituição, é justamente formar, capacitar e aperfeiçoar magistrados e servidores do PJ catarinense.

Em relação aos juízes, aliás, a

Academia comprometeu-se com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) a promover alterações, já colocadas em prática, para a formação dos novos magistrados catarinenses.

O curso, que agora integra uma das etapas do concurso para ingresso na carreira do Estado, já está em sua segunda turma, a qual realiza, no momento, a disciplina de "Prática Forense II". O desafio da AJ é, de forma autônoma ou mesmo em parcerias, oferecer cada vez mais opções de aperfeiçoamento a juízes e servidores do quadro do Judiciário.



Ciclo de palestras A primeira deste ano foi sobre "Transformações do Direito Constitucional Contemporâneo", com o Professor Doutor Luiz Roberto Barroso



Novos Convênios Presidente do TJ discutiu com dirigentes da Univali novos cursos de pós-graduação para magistrados e servidores

Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios - SICONV Destinado aos servidores do TJ que atuam na área de fiscalização e execução de contratos e convênios



Especialização em Gestão Judiciária Formatura da 7ª Turma do Curso de Especialização em Direito e Gestão Judiciária, a primeira certificada pela AJ como instituição de ensino

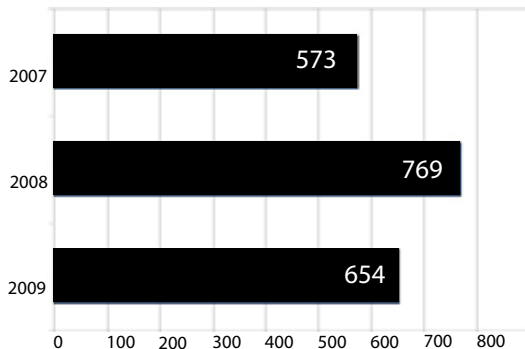


Justiça em números

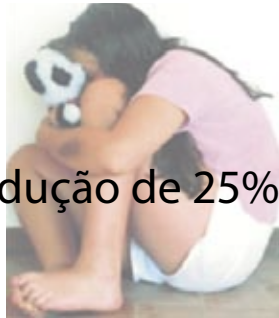


Violência Sexual contra Menores em SC

Fonte: CGJ - números de processos iniciados



Redução de 25%



Pinga-fogo

O desembargador Solon d'Eça Neves, corregedor-geral da Justiça do TJ, aproveitará o próximo dia 25 de maio, Dia Nacional da Adoção, para lançar o Curso de Pre-



paração para Adoção em Santa Catarina - exigência da nova legislação. Em conversa com o **VEREDICTO**, o magistrado detalha a novidade.

1. O curso é uma obrigatoriedade da nova Lei de Adoção. Todos os candidatos à adoção terão que passar por este, podemos chamar, aprendizado?

R: Sim, a nova Lei de Adoção condiciona o deferimento da inscrição dos candidatos à adoção à participação em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, que inclua preparação jurídica, social e psicológica. Este curso deverá, também, estimular a adoção inter-racial de crianças maiores, com problemas de saúde e grupos de irmãos. São, na grande maioria, crianças que estão em abrigos e não têm quem as adote.

2. Qual é o objetivo do curso?

R: Orientar a respeito dos procedimentos de adoção e da realidade das crianças e adolescentes que efetivamente precisam ser adotados.

3. Os números da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) mostram que há poucas crianças aptas à adoção, porém um número muito maior delas acolhidas nos abrigos. Por quê?

R: A maioria das crianças acolhidas tem família, e suas famílias não abrem mão do poder familiar, ou seja, não querem entregar os filhos para adoção. Muitas estão nos abrigos por motivos de alcoolismo ou dependência química dos pais, carência econômica, maus tratos. E aquelas que estão incluídas na lista de adoção, ninguém quer adotar porque são crianças maiores. Os pretendentes à adoção preferem bebês, mas não temos bebês nos abrigos.

TJ vai oferecer cooperação técnica à Justiça de Goiás

O Tribunal de Justiça, por meio de convênio de cooperação técnica, vai ceder os direitos de uso de seus sistemas de Conta Única de Depósitos Judiciais e Precatórios ao Tribunal de Justiça de Goiás. O termo foi celebrado no último dia 10, em gabinete, entre o presidente do TJSC, desembargador José Trindade dos Santos, e o juiz auxiliar da Presidência do TJGO, Enyon Fleury de Lemos, que representou, no ato, o presidente do Tribunal de Goiás,

desembargador Paulo Telles.

Além da transferência de tecnologia, o Judiciário catarinense vai oferecer, também, treinamento aos técnicos goianos para garantir a operacionalização e a manutenção dos respectivos sistemas. "É um enorme prazer firmar um convênio que auxiliará no desenvolvimento do Judiciário de Goiás", afirmou o presidente do TJ, ao dirigir-se aos representantes daquele Estado.



Perfil: João Anfilóquio Machado Júnior



João Machado deu seus primeiros passos no Judiciário catarinense em 1984, ao conseguir um estágio no Fórum de São José. Pensava em seguir a trajetória do irmão mais velho, Nilton Machado, então em início de carreira na magistratura. A toga, contudo, não foi seu destino. Batalhou, estudou e, por concurso público, ingressou nos quadros do Judiciário cinco anos depois.

Começou na 2ª Vara Cível de São José e passou pela Vara Criminal da Capital, Corregedoria e Secretaria do Tribunal, até incorporar-se, em 2006, à equipe da Assessoria de Planejamento (Asplan). "Hoje não me vejo longe do Poder Judiciário", garante João, que dedica suas horas de folga à família, composta pela mulher Angelita e pelas filhas Deborah, 17 anos, e Beatriz, sete anos.

Sempre que pode, o servidor realiza viagens com a família. É um dos seus prazeres, ao lado da prática de esportes e da paixão pelo Avaí.

Profissionalmente, aponta o trabalho na implantação do programa Justiça Presente, em 2006, como um dos bons momentos da carreira. "A estreia do JP na Ressacada coincidiu com meu aniversário, em 15 de julho, marcado, ainda, pela vitória do Avaí sobre o Atlético-MG", relembra, como não poderia deixar de ser.

